



Plano de Atividades, Conta de Exploração Previsional e Orçamentos de Investimentos e Desinvestimentos

2016

Índice

Apresentação	5
1. Introdução	7
2. Enquadramento das principais atividades da Misericórdia	8
2.1. Área da Terceira Idade	8
2.1.1. Complexo Salvador Brandão	8
2.1.2. Complexo António Almeida da Costa	8
2.1.3. Complexo José Tavares Bastos	8
2.1.4. Residências Seniores Conde das Devezas	9
2.2. Área da Infância	9
2.3. Área da ação social	9
2.4. Área da Saúde	10
3. Objetivos Estratégicos para 2016	11
3.1. Ao nível da Gestão:	11
3.2. Ao nível da Saúde:	13
3.3. Ao nível dos Equipamentos Sociais:	13
3.4. Ao nível do Arquivo e Acervo Documental:	14
3.5. Ao nível do Património:	14
3.5.1. PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO	14
3.5.2. AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO OPERACIONAL	15
3.5.3. LOTEAMENTO DAS QUINTA DAS DEVEZAS	17
3.5.4. HOSPITAL DA MISERICÓRDIA	17
4. Base de Orçamentação para 2016	18
4.1. Pressupostos Orçamentais	18
4.2. Indicadores	18
4.3. Notas Explicativas	18
4.4. Orçamento de Investimentos	20
4.4.1. Financiamento Orçamento de Investimentos	20
5. Resultados	21
ANEXO I	23
CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL	29

Apresentação

Caros Irmãos,

Vem a Mesa Administrativa apresentar à consideração dos Irmãos, conforme o compromisso recentemente aprovado, o Plano de Atividades para o exercício de 2016 e bem assim a Conta de Exploração Previsional e os Orçamentos associados.

Definimos várias linhas orientadoras, a saber:

1. Melhorar a nossa estrutura organizativa com vista ao cumprimento da nossa principal missão, sempre baseada na sustentabilidade da nossa instituição, onde cada euro recebido deve ser bem utilizado;
2. Recuperar o património de rendimento por ser vital para a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, na medida em que a ação social tem gastos que não tem adequado financiamento; além disso precisamos de recuperar as edificações sob pena da sua continuada deterioração e eventual ruína;
3. Procuraremos recolher apoios no âmbito do Portugal 2020, sem os quais não conseguiremos requalificar – como estamos obrigados a fazer - os Equipamentos Sociais António Almeida da Costa e José Tavares Bastos;
4. Melhorar a qualidade dos nossos recursos humanos procurando diminuir a média etária e providenciar formação adequada e específica ao desempenho das respetivas tarefas. Disponibilizaremos meios de avaliação do desempenho com vista à fixação de objetivos qualitativos, com vista ao reconhecimento do mérito de cada um. Temos necessidade de avançar com um ou outro processo de rescisão dado o número de pedidos registados.
5. Finalmente temos praticamente aprovado o loteamento da Quinta das Devezas que permitirá capitalizar, pela venda de um ou outro lote, valores consideráveis com os quais faremos a requalificação dos nossos quatro equipamentos, complementando eventuais benefícios do Estado advindos do programa referido no ponto anterior;
6. Estamos a procurar rentabilizar algumas propriedades, alienando-as na medida em que não têm qualquer tipo de interesse para a nossa Instituição;
7. Iniciaremos estudos no sentido de, no decurso do atual mandato, alargarmos a nossa actividade social nas áreas da deficiência e da demência, na medida em que a área social em que nos inserimos está já bastante preenchida e pouco crescerá;

8. Não deixaremos de continuar a entregar ao exterior, por subcontratação, serviços fora da nossa atividade principal;
9. Esperamos elaborar com a ajuda do Município de Vila Nova de Gaia alguns projetos de interesse comum que permitam consolidar a nossa instituição como parceiro privilegiado da autarquia.

Utilizamos os critérios quantitativos que se definem mais à frente e de que destacamos como maior ameaça no crescente e preocupante aumento da carga salarial pela aplicação da nova regulamentação contratual e ainda porque se prevê um aumento substancial do Salário Mínimo Nacional com as implicações que isso pode provocar nas demais categorias profissionais.

O resultado que se prevê obter baseia-se numa forte aposta da requalificação dos equipamentos sociais da terceira idade, no esforço da aplicação da legislação em vigor, obtenção da licença de utilização para os mesmos e implementação das necessárias medidas de autoproteção. Esta estratégia assenta ainda no aumento da capacidade de dois dos equipamentos, o que permitirá o aumento dos rendimentos gerados pela admissão de novos residentes. O inevitável recurso a financiamento bancário poderá ser amortizado com alienações que possamos vir a concretizar, nomeadamente, com a aposta na promoção do Loteamento da Quinta das Devezas.

Deixarei para explicação posterior, no decurso desta Assembleia, os aspetos quantitativos que resultam do enunciado das medidas atrás descritas traduzidos pela apresentação de um resultado positivo de 13.373,15€.

Precisamos para isso do apoio e confiança das Irmãs e dos Irmãos para a consolidação do projecto que permitirá o crescimento da acção da nossa Instituição, comprometidos que estamos perante a Irmandade e os nossos Benfeitores.

O Provedor,

(Artur de Almeida Leite)

1. Introdução

No cumprimento do imperativo legal e estatutário (alínea c) do n.º 2 do art.º 23 do Compromisso aprovado em AG de 10.07.2015), compete à Mesa Administrativa apresentar à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia o Plano de Atividades e Orçamento para 2016.

A atual situação, sob os mais variados pontos de vista, leva-nos a apresentar um Plano de Atividades e Orçamento Previsional de Exploração muito prudente que, sem deixar de ser realista, continua a procurar espelhar as dificuldades que todos, sem exceção, estamos a atravessar e que seguramente se manterão nos próximos anos. A mais do que óbvia escassez de financiamento da nossa atividade obriga-nos à eficácia na gestão, para caminharmos em bases sólidas e não casuísticas, para uma maior autonomia financeira, sem estarmos dependentes dos financiamentos públicos. Deve-se ter presente que, do valor proveniente dos rendimentos do nosso património, mais de metade se destina a compensar a insuficiência do financiamento estatal e que numa ou noutra valência continua a acumular prejuízos.

O ano de 2016 continuará, por isso, a ser muito exigente, pois a ainda grave crise económico/financeira que o país enfrenta, e as medidas que se supõe venham a constar do Orçamento de Estado para o próximo ano, continuarão a ter repercussões no público-alvo que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia acolhe e apoia. A comparticipação familiar, complemento para o equilíbrio dos gastos dos nossos utentes, continua a ser insuficiente e mesmo alguma atenuação do esforço nos impostos, não terá qualquer reflexo nos nossos rendimentos.

A elaboração do Plano de Atividades e do Orçamento 2016 continuou a obedecer ao princípio de uma reflexão estratégica para os diferentes Equipamentos Sociais e Unidades de Exploração da Instituição, tendentes não só a uma reorganização de serviços mas, fundamentalmente, visando a sustentabilidade económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Estamos obrigados ao princípio de que teremos de nos preparar para um novo paradigma de financiamento da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, procurando não alicerçar o mesmo no Orçamento de Estado, mas apostar noutras formas de rendimentos como sejam melhorar, pese embora o cenário atrás descrito, as contribuições das famílias, no apelo à filantropia e captando o mecenato social, entre outras. É por isso fundamental

umentar a produtividade do nosso património, nomeadamente o menos bem conservado, recebido dos nossos beneméritos.

Apesar deste contexto recessivo e bastante adverso, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova e Gaia continuará a desenvolver toda a sua missão e procurará identificar as insuficiências no apoio à comunidade, no sentido de melhorar e até desenvolver novas respostas sociais em prol dos mais carenciados.

2. Enquadramento das principais atividades da Misericórdia

As principais atividades que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia desenvolve enquadram-se, naturalmente, na natureza e fins previstos nos três primeiros artigos do seu Compromisso.

As atividades de solidariedade social desenvolvidas são as seguintes:

2.1. Área da Terceira Idade

Esta área é constituída pelas seguintes respostas sociais:

2.1.1. Complexo Salvador Brandão

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - 100 residentes;
- Centro de Dia - 20 utentes;
- Serviço de Apoio Domiciliário - 40 utentes;

2.1.2. Complexo António Almeida da Costa

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – 86 residentes;
- Centro de Dia - 50 utentes;
- Serviço de Apoio Domiciliário - 30 utentes;

2.1.3. Complexo José Tavares Bastos

- Estrutura Residencial para pessoas Idosas – 60 residentes;

- Centro de Dia - 20 utentes;
- Serviço de Apoio Domiciliário - 30 utentes;

2.1.4. Residências Seniores Conde das Devezas

Estrutura Residencial para pessoas Idosas – 50 apartamentos com capacidade para acolher 100 residentes mas, com uma lotação à presente data de 52 residentes.

2.2. Área da Infância

Esta área é constituída pelas seguintes respostas sociais:

- Creche – 73 crianças;
- Pré-escolar – 95 crianças;
- Centro de Acolhimento Temporário N.ª Sr.ª da Misericórdia - acolhe 15 crianças em risco social, com idades entre os 0 e os 6 anos, mas supomos que ainda em 2015 será revisto o acordo de cooperação. Neste momento, encontra-se pronto para ser assinado um novo acordo, atípico, já estabelecido com a Segurança Social que permitirá acolher mais 4 crianças com idades compreendidas entre os 0 aos 12 anos.

2.3. Área da ação social

A intervenção social constitui uma importante área de atuação da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, que deve, sempre, contribuir para o cumprimento da sua Missão.

Através do Serviço de Acção Social, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia apoia a comunidade em geral em medicamentos, leite e alimentação para bebés, gastos que são totalmente assumidos pela Instituição.

Através do Banco de Ajudas Técnicas, criado há já alguns anos em salutar cooperação com o Rotary Clube de Vila Nova de Gaia, apoia a comunidade na cedência de camas articuladas, cadeiras de rodas e outro material. Colabora ativamente na organização, avaliação e encaminhamento dos pedidos de admissão nas diversas respostas sociais acima citadas.

Na área social, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia participa em várias atividades de cariz social e comunitário:

- Como membro efetivo do Núcleo Executivo da Rede Social e faz parte do Conselho Local de Ação Social de várias freguesias;
- Está representada no Rendimento Social de Inserção e nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;
- Tem uma parceria com o Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão de Mafamude, através do qual fornece, diariamente, refeições aos seus utentes de Centro de Dia;
- Protocolo de Cooperação com a Novo Futuro – Associação de Lares para Crianças e Jovens, e através do qual esta Associação acolhe crianças em situação de risco, em cinco casas na Rua Mouzinho de Albuquerque, arrendadas em condições especiais;
- Tem cedida uma casa na mesma Rua, em regime de contrato de comodato, à Associação Portuguesa de Fibrose Quística, que se destina a acolher as pessoas, em especial, as crianças portadoras desta doença e que necessitam de tratamentos prolongados nos Hospitais do Porto;
- Tem um Protocolo estabelecido com a CERCIGAIA - Banco de Material para Deficientes;
- Protocolo de Cooperação com a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, no âmbito do programa piloto de recurso à expressão artística, como estratégia terapêutica para um grupo de doentes de Alzheimer.

2.4. Área da Saúde

Na área da Saúde a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia desenvolve as seguintes actividades:

- Farmácia Social, que funciona na Rua Capitão Salgueiro Maia, Empreendimento Quinta do Monte Grande, em Vilar de Andorinho;
- Clínica Fisiátrica, que se encontra instalada no complexo social Salvador Brandão, em Gulpilhares, e que tem capacidade de atendimento para 600 doentes/dia, embora nos últimos anos venhamos a registar uma capacidade muito inferior à inicialmente prevista e instalada.

3. Objetivos Estratégicos para 2016

A exemplo do que já vem sendo previsto em Planos de Atividades e Orçamentos dos anos anteriores, as linhas estratégicas para 2016 são as seguintes:

3.1. Ao nível da Gestão:

- Continuar a analisar e a melhorar a estrutura organizativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia;
- Será implementado um sistema de avaliação do desempenho dos Recursos Humanos;
- Publicar-se-á e implementar-se-á o Manual de Gestão de Crises;
- Será elaborado o Plano de Marketing e Comunicação da Instituição e bem assim o Manual de Acolhimento;
- Será consolidado o sistema de gestão da qualidade na Instituição;
- Proceder-se-á à fixação de objetivos para os responsáveis das áreas de atividade, nomeadamente, Clínica Fisiátrica, Farmácia, Residências Seniores Conde das Devezas e Património Imóvel de Rendimento;
- Continuaremos a promover ações que se revelem necessárias para alcançar o equilíbrio económico-financeiro da Instituição antes da aplicação dos rendimentos do património;
- Proceder-se-á à atualização salarial decorrente do que parece ser não apenas a atualização salarial da CNIS, mas das propostas políticas para a atualização do salário mínimo nacional;
- Cozinha Central – com a conclusão das obras da cozinha central, e a implementação do processo que esperamos concluído em 2016, será reavaliada a atual estrutura de recursos humanos que integra as várias cozinhas dos equipamentos da Instituição;
- Proceder à concentração de um único espaço das duas lavandarias existentes;

-
- Definir o âmbito de atuação do Serviço de Obras, Manutenção e Património, avaliando e redefinindo-o em função da atual estrutura de recursos humanos;
 - Implementação de um plano de formação para os ativos da Instituição, visando aspetos mais práticos e menos generalistas;
 - Estudar o eventual impacto da mudança do atual Contrato Coletivo de Trabalho da CNIS para a Convenção Coletiva de Trabalho da União das Misericórdias Portuguesas;
 - Concluir e consolidar o processo de implementação das medidas de autoproteção nos diversos equipamentos da Instituição, com a realização rotineira de simulacros em todos os equipamentos da Instituição;
 - Monitorizar o processo do sistema de saúde, higiene e segurança em todos os equipamentos da Instituição;
 - Cumprir de forma rigorosa o previsto no Fundo de Conservação do Património em função do rendimento expectável proveniente das rendas, para a afetação aos gastos de manutenção e conservação do Património da Instituição;
 - Preparar o processo de seleção e candidatura aos Fundos Comunitários - Portugal 20/20 para as diversas realizações previstas pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia;
 - Elaborar o Plano Estratégico para o Património Imobiliário que contemple todo o mandato da atual Mesa Administrativa;
 - Elaborar um Plano Anual de Manutenções para o Património Imóvel;
 - Avaliar e retificar os atuais registos prediais e matriciais do património imóvel da Instituição, detetadas que foram algumas irregularidades;
 - Continuar o processo de revisão periódica de todos os contratos de fornecimentos de serviços, consultando o mercado e utilizando como ferramenta primordial a plataforma de compras públicas subscrita pela Instituição.
 - Elaborar planos de ação por valências com vista à prossecução dos objetivos da Instituição, comprometendo todos os responsáveis com o Plano e Orçamento;

3.2. Ao nível da Saúde:

- Manter o nível de vendas da Farmácia que foi projetado para o ano em curso, procurando novos clientes e parcerias;
- Introduzir o cartão de fidelização de clientes da Farmácia;
- Manter o nível de volume de negócios da Clínica Fisiátrica que foi projetado para o exercício em curso, reforçando acordos, procurando novas parcerias e implementando um plano de marketing e comunicação;
- Devolução do Hospital – quanto à eventual devolução do nosso hospital, continuaremos a analisar as diferentes possibilidades de potenciação futura deste equipamento atualmente arrendado, ponderando a eventual entrega parcial ou total daquele edifício;

3.3. Ao nível dos Equipamentos Sociais:

- Manteremos as linhas que estão já a ser seguidas, relativamente ao crescimento das participações nos gastos dessas respostas sociais, por parte dos seus familiares;
- Serviço de Apoio Domiciliário – reformulação do atual modelo de funcionamento do serviço de Apoio Domiciliário com a fusão dos atuais três acordos de cooperação e a gestão centralizada do serviço;
- Iniciar o Serviço de Apoio Domiciliário à comunidade na vertente não apoiada pelo Estado;
- Monitorizar os critérios de admissão dos utentes nas várias respostas sociais e o cumprimento dos acordos de cooperação em vigor;
- Monitorizar e avaliar a implementação das novas condições de admissão para as Residências Seniores Conde das Devezas;
- Rever os acordos de cooperação das várias respostas sociais e a sua adequação à legislação em vigor.

3.4. Ao nível do Arquivo e Acervo Documental:

- Consolidação do processo de instalação do Arquivo e Acervo Documental da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia;
- Proceder à reorganização dos espaços dos serviços centrais, nomeadamente, analisando uma eventual nova localização do Núcleo Museológico.

3.5. Ao nível do Património:

Dando sequência ao que a Mesa Administrativa se propôs no seu programa de candidatura, e através de um maior dinamismo a Unidade de Gestão do Património, propõe-se atingir as seguintes metas até ao limite do seu atual mandato:

- Requalificar os equipamentos sociais existentes;
- Finalmente colocar no mercado imobiliário o loteamento da Quinta das Devezas.

A estratégia detalhada para concretizar essas metas foi a seguinte:

3.5.1. PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO

3.5.1.1 - Iniciou-se no corrente ano e vai concluir-se em 2016 a recuperação e requalificação dos prédios sitos na Travessa das Parreiras e na Rua do Passadiço, em Lisboa, com obras de raiz em 8 apartamentos vagos, escadarias e zonas comuns e beneficiação das fachadas;

3.5.1.2 – Vai requalificar-se o prédio da Rua de S. Domingos de Benfica, também em Lisboa, com obras em 7 apartamentos e numa cave devolutos, instalando entre outras benfeitorias, um elevador.

Temos, por isso, fundadas expetativas que, logo que se concluam estas obras, se verifique um aumento significativo de rendas nestes prédios.

3.5.1.3 - Está na sua fase final o processo de constituição da propriedade horizontal do “Prédio da Batalha”, com entrada pela Rua de Entreparedes, n.º 6, no Porto, pelo que estamos a preparar o projeto para a requalificação deste edifício, nomeadamente, dos 1.º e 2.º

andares, onde a maioria das salas para escritório estão vagas, obras essas que esperamos poder levar a cabo em 2016 transformando, no que seja possível, escritórios em habitações com muita procura naquela zona.

3.5.1.4 - Procederemos à recuperação e requalificação de 5 casas sitas na Av. António Coelho Moreira, em Valadares, que estão vagas há já muito tempo.

3.5.1.5 - Elaboraremos projetos de recuperação para habitação dos seguintes prédios, que se encontram vagos há muito tempo e que se encontram em mau estado de conservação (dada a sua dimensão, esta tarefa será efetuada no decurso do nosso mandato);

- em Vila Nova de Gaia, para os seguintes prédios que se encontram em processo de classificação:

- “Bairro dos Contramestres”, sito na Rua Visconde das Devezas, 227/9, 241 e 251/53;

- “Casa D. Chica”, sito na Rua Conselheiro Veloso da Cruz, 149;

- Prédio sito no gaveto da Rua Conselheiro Veloso da Cruz, 326 e da Rua Almeida da Costa, 18 e prédio contíguo, na Rua Conselheiro Veloso da Cruz;

- Conjunto de 7 casas sitas na Rua Barão do Corvo;

- no Porto, para o “Bairro de Miraflor”, situado entre a Rua de Miraflor e a Rua Padre António Vieira, em Campanhã.

Ao mesmo tempo, e no âmbito da política definida no Regulamento do Fundo de Financiamento para a Conservação e Manutenção do Património, vamos prosseguir o esforço de recuperação de apartamentos ou andares que se encontram vagos, nomeadamente, na Rua Mouzinho de Albuquerque, na Rua 28 de Janeiro, em Vila Nova de Gaia, na Rua João das Regras e na Rua Augusto Rosa, no Porto, onde admitimos concluir essas requalificações no primeiro semestre de 2016.

3.5.2. AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO OPERACIONAL

Depois de realizadas, no decurso do corrente ano, as obras de requalificação, absolutamente necessárias para a legalização do Equipamento Social Salvador Brandão, vamos concluir entre 2016 e 2017 esse processo, procedendo à alteração e beneficiação de diversas alas, à criação de uma recepção e à recuperação de todas as fachadas.

Por outro lado, estamos muito esperançados em obter apoio financeiro, através do “Portugal 2020”, para requalificar o Equipamento Social Tavares Bastos e aumentar a sua capacidade para 84 camas, conforme projeto reformulado que apresentamos à Segurança Social e que já foi aprovado, obra que está orçada em 2,1 milhões de euros e que admitimos poder iniciar ainda em 2016 se a nossa candidatura for bem sucedida e conforme o andamento das decisões governamentais.

Também já obtivemos a aprovação da Segurança Social para o projeto de requalificação do Equipamento Social António Almeida da Costa que elaborámos, de modo a adaptar este equipamento às exigências legais, obras que estão orçadas em cerca de um milhão de euros e que desejamos iniciar no próximo ano.

Visando, por um lado, inverter a situação deficitária das Residências Seniores Conde das Devezas (RSCD) e, por outro, obter ganhos de eficiência e qualidade nos serviços comuns mais importantes, estamos a concluir um projeto para o rés-do-chão do edifício das RSCD, que está vago desde finais de 2013, para concretizarmos em 2016 os seguintes objetivos:

- a) Criar uma cozinha central para abastecer todos os equipamentos sociais da Santa Casa;
- b) Concentrar numa lavandaria central todos os serviços da Santa Casa que neste momento se encontram dispersos;
- c) Requalificar as Residências Seniores Conde das Devezas, melhorando os serviços de apoio, nomeadamente, capacitando melhor a estrutura em consequência da retirada da cozinha do edificado.

No corrente ano, implementámos várias medidas, visando a eficiência energética e a diminuição dos consumos, recorrendo ao fornecimento de energia biomassa para produção de águas quentes sanitárias e aquecimento central, assim como trocando o gás propano por gás natural para apoio às cozinhas e lavandaria, no Complexo Social das Devezas (Equipamento Social António Almeida da Costa, Residências Seniores Conde das Devezas, Creche e Jardim de Infância D. Emília de Jesus Costa e Centro de Acolhimento Temporário N.º Sr.ª da Misericórdia) e no Complexo Social Salvador Brandão.

Para o próximo ano, vamos prosseguir esse esforço, através das seguintes medidas:

- a) Substituição da iluminação interior, procurando obter os benefícios do programa “Portugal 2020”;

- b) Instalação de painéis solares no Equipamento Social António Almeida da Costa e nas Residências Seniores Conde das Devezas;
- c) Instalação de software para monitorização de consumos.

3.5.3. LOTEAMENTO DAS QUINTA DAS DEVEZAS

Aquando da apreciação por parte da Assembleia Geral da nossa Irmandade do presente Plano de Atividades, já terá sido iniciada a análise do Protocolo que configura um segundo aditamento ao protocolo celebrado em 28 de outubro de 2008, que permite, por um lado, acordar o desenho urbanístico final do loteamento para instruir o pedido de alteração do loteamento licenciado por despacho de 17 de dezembro de 2008 e, por outro, a execução, por parte do Município, de uma via de ligação da atual via à Rua D. Leonor de Freitas. Como consequência disso, vamos procurar encontrar as melhores opções para promover este empreendimento.

3.5.4. HOSPITAL DA MISERICÓRDIA

Como é do conhecimento geral, estão em curso obras de ampliação e melhoramento da Unidade I do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, mas ainda nada está definido ao nível da Administração Regional de Saúde do Porto, nem da Administração do Centro Hospitalar se e quando vão entregar a Unidade II à Misericórdia, e se entregam todo o edifício ou parte dele.

Continuaremos a diligenciar junto da ARS Norte para tentarmos obter informação que nos permita tomar o devido conhecimento do entendimento do Ministério da Saúde sobre esta temática. Recordo que, à data da elaboração deste documento não se conhece sequer a orientação governativa nesta matéria, embora, conste que não continuará o processo de devolução dos hospitais às respetivas Misericórdias.

4. Base de Orçamentação para 2016

4.1. Pressupostos Orçamentais

A Conta de Exploração Previsional que apresentamos no Anexo I foi elaborada a partir de uma projeção das peças financeiras de julho para 31 de dezembro de 2015 e, respeitando não só as metas de contenção que atrás referimos, mas também as seguintes bases de orçamentação definidas pela Mesa Administrativa.

4.2. Indicadores

. Taxa de inflação prevista para 2016:	1,60%
. Exploração de refeitórios	5,00%
. Gás	-45,00%
. Variação Salarial	1,50%
. Atualização esperada dos acordos de cooperação	0,40%
. Atualização das rendas	0,16%
. Variação esperada dos rendimentos prediais	9,00%
. Afetação de 25% de todas as rendas ao Fundo de Conservação do Património.	

4.3. Notas Explicativas

Para melhor compreensão dos montantes inscritos na Conta de Exploração Previsional, passamos a apresentar algumas notas explicativas:

GASTOS

Gastos de Mercadorias Vendidas - Produtos Farmacêuticos – Prevemos para 2016 a manutenção dos gastos verificada no exercício económico de 2015.

Gastos de Matérias Subsidiárias – Relativamente ao projetado para o final do exercício em curso ao nível do consumo de produtos de limpeza, material hoteleiro e artigos de higiene, saúde e conforto, prevemos um aumento na mesma grandeza da inflação, 1,60%.

Fornecimentos e Serviços Externos – Exploração de Refeitórios – Fruto da renegociação do contrato com a empresa Gertal, e uma aposta na melhoria da qualidade, prevemos um aumento de 5,00% do custo com a alimentação para o ano de 2016.

Fornecimentos e Serviços Externos – Gás – prevemos uma diminuição dos gastos em 45,00%, fruto da mudança de gás propano para gás natural, e reflexo de investimentos na aquisição de equipamentos de produção de energia e AQS através de biomassa e energia solar.

Gastos com o Pessoal – A previsão dos gastos com esta rubrica tem como base o quadro atual de colaboradores da Instituição, com ajustamento de pessoal em algumas áreas de exploração, consequência da reestruturação de serviços.

Prevemos um aumento salarial de 1,50% para o ano de 2016 em consequência da alteração recente do Contrato Colectivo de Trabalho da CNIS, agravado com as expectativas de actualização do Salário Mínimo Nacional.

Efectuamos ainda um ajustamento de 0,40% previsto no Código Contributivo para a rubrica de Encargos da Entidade Patronal.

Dotaremos o orçamento de um valor para rescisões de contratos de trabalho, procurando estabelecer, se possível, acordos individuais para aqueles trabalhadores que o venham a solicitar.

RENDIMENTOS

Venda de Mercadorias – Produtos Farmacêuticos – Como consequência da conjuntura económica atual, no que à área farmacêutica diz respeito, estimamos uma manutenção do volume de vendas da Farmácia.

Prestação de Serviços – Matrículas, Mensalidades e Comparticipações de Utentes – A previsão nesta rubrica é uma manutenção do volume de negócio atual, mantendo as frequências médias na capacidade máxima das várias respostas sociais.

Clínica Fisiátrica - prevê-se uma manutenção do volume de negócios, face ao projetado para 31 de dezembro de 2015.

Subsídios, Doações e Legados à Exploração – Ao nível dos subsídios à exploração e, comparativamente ao projetado para 31 de dezembro de 2015, prevemos um aumento de 0,40% do valor dos acordos de cooperação.

Está também previsto o aumento do acordo de cooperação com a Segurança Social, do Centro de Acolhimento, dos atuais 15 utentes para 19 utentes, cuja assinatura não se realizou em consequência das recentes alterações governamentais.

Outros Rendimentos e Ganhos – Rendimentos de Imóveis – Nesta rubrica aplicamos uma taxa de aumento de 0,16% ao valor das rendas atuais, e um aumento de 9,00% do volume dos rendimentos prediais. Esta projeção tem em consideração os investimentos previstos para 2016 na requalificação de alguns dos imoveis devolutos e que vão ser colocados no mercado de arrendamento.

4.4. Orçamento de Investimentos

O Orçamento de Investimentos para o ano 2016, também faz parte do Anexo I, e prevê investimentos no valor de 3.580.420,00€, valor que se acha distribuído pelas seguintes rubricas:

•	Edifícios e outras Construções	
	○ Afetos à Exploração	1.693.050,00 €
	○ Afetos ao Rendimento	1.051.370,00€
•	Equipamento Básico	823.500,00€
•	Ativos intangíveis (software)	12.500,00€
•	Total Investimento	3.580.420,00€

4.4.1. Financiamento Orçamento de Investimentos

Os investimentos apresentados estão previstos serem financiados em 1.975.975,00€, através de capitais alheios, isto porque, os meios libertos pela gestão corrente da Instituição ainda não permitem que os mesmos sustentem os investimentos inscritos neste orçamento, 235.000,00€ através de subsídios ao investimento, 175.165,92€ através de parte do Fundo de Conservação do Património, 515.175,00€ através de alienações de património, 520.000,00€ através de doação já concretizada e reservada para o fim e 159.104,08€ através de fundos da gestão corrente.

5. Resultados

Conforme está patente na Conta de Exploração Previsional, prevê-se para o ano de 2016 um Resultado Operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos) positivo de 48.662,85€, resultado esse que foi apurado com base nos pressupostos orçamentais e no programa de investimentos e desinvestimentos aprovados, de acordo com os pressupostos vertidos no Sistema de Normalização Contabilístico, adotado no corrente ano (DL n.º 36-A/2011 de 9/03, e Portaria n.º 105/2011 de 14/03).

Ao mesmo tempo pode verificar-se que os Gastos e Perdas de Financiamento previstos são no valor de (35.289,70€), o que faz com que o Resultado Líquido do período apurado seja positivo de 13.373,15€.

A Mesa Administrativa

(Artur de Almeida Leite)

(António Carlos Almeida Teixeira, Dr.)

(Luís Marques Gomes)

(Joaquim Eduardo Sousa Gonçalves Sá, Dr.)

(José Carlos Filipe Ramos, Dr.)

(Inácia Glória Moreira M. Barbosa Leão, Dr.^a)

(Maria Luísa Fernandes Dantas da Silva, Dr.^a)

(José Urbano Soares, Dr.)

(Mário Rui Figueira Campos Fontemanha, Dr.)

ANEXO I

**CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE
INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS
ANO DE 2016**

Contas	Rúbricas	Valores
+71+72	Vendas e serviços prestados	4,211,352.80
+71	Vendas	1,024,856.62
+72	Prestações de serviços	3,186,496.18
+721	Mensalidades e Matrículas	2,623,384.51
+722	Quotizações e Jóias Irmãos	23,900.00
+723	Invalidez e Reabilitação	536,870.09
+72-721-722-723	Outros	2,341.58
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	2,248,827.24
+7511	Centro Regional Seg Social - Porto	2,058,458.16
+751-7511	Outros Subsídios Estado	164,854.79
+752	Subsídios Outras Entidades	0.00
+753	Doações e heranças	25,514.29
+73	Variação nos inventários da produção	0.00
+74	Trabalhos para a própria entidade	67,192.00
-61	Custo mercadorias vendidas e matérias cons	-970,109.48
-62	Fornecimentos e serviços externos	-2,233,767.06
-6211	Exploração Refeitórios	-761,507.01
-621+6211	Outros Subcontratos	-84,392.00
-6223	Vigilância e Segurança	-117,992.21
-6226	Conservações e Reparação	-317,004.98
-6227	Encargos Saúde Utente	-129,747.78
-624	Energia e Fluidos	-306,853.51
-622xxx	Outros Serviços	-516,269.57
-63	Gastos com o pessoal	-4,316,684.56
-6321	Remunerações Certas	-3,146,598.03
-6322	Remunerações Adicionais	-191,502.51
-635	Encargos sobre remunerações	-685,207.65
-636	Seguro de acidentes de trabalho e doenças profi	-31,123.02
-6381	Formação profissional	-500.00
-63xxx	outros custos com o pessoal	-261,753.35
-652+7622	Ajustamentos de inventários (perdas/revers	0.00
-651+7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reve	0.00
-67+678+763-7638	Provisões (aumentos/reduções)	0.00
-678+7638	Provisões específicas (aumentos/reduções)	0.00
-65xx+76xx	Outras imparidades (perdas/reversões)	0.00
+77-66	Aumentos/reduções de justo valor	0.00
+78+79-7915	Outros rendimentos e ganhos	1,556,834.45
-68	Outros gastos e perdas	-32,417.08
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e imp		531,228.31
-64+76	Gastos/reversões de depreciação e de amor	-482,565.46
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impos		48,662.85
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos	0.00
-69	Juros e gastos similares suportados	-35,289.70
Resultado antes de impostos		13,373.15
Imposto sobre o rendimento do período		0.00
Resultado líquido do período		13,373.15

Orçamento de Investimentos - 2016

Investimentos Previstos	Auto Financiament o (A)	Subsídios		Outros Financiamentos (B)	Total
		PIDDAC	Outros		
Activos intangíveis					
Despesas de Instalação	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Despesas de Investig. e Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Estudos e Projectos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Software	0.00	0.00	0.00	12,500.00	12,500.00
Activos fixos tangíveis					
TERRENOS E REC.NATURAIS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
EDIFÍCIOS E OUT.CONSTRUÇÕES	334,270.00	0.00	235,000.00	2,175,150.00	2,744,420.00
EQUIPAMENTO BÁSICO	0.00	0.00	0.00	823,500.00	823,500.00
EQUIPAMENTO TRANSPORTE	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
EQUIP.ADMINISTRATIVO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
ANIMAIS PRODUTIVOS, TRAB.E REPRODUÇÃO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
OUTRAS IMOB. CORPÓREAS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedades de investimento					
Participações de Capital	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Obrigações e Títulos de Participação	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Empréstimos de Financiamento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Investimentos em Imóveis	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Aplicações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL	334,270.00	0.00	235,000.00	3,011,150.00	3,580,420.00

A) - RESULTADO LÍQUIDO + RESULTADOS TRANSITADOS

B) - EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO (BANCÁRIOS, DE ASSOCIADOS, OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS) + DOAÇÕES + DESINVESTIMENTOS (VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO)

Orçamento de Desinvestimentos - 2016

Desinvestimentos Previstos	Valores
Diminuição de Imobilizações	150,000.00

Desenvolvimento do Orçamento de Investimentos - 2016

Descrição	Valores
Activos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	
Edifícios	
Equipamento Social Salvador Brandão	292,550.00
Equipamento Social António Almeida Costa	261,500.00
Equipamento Social José Tavares Bastos	470,000.00
Residencias Sêniors Conde das Devesas	669,000.00
Edifícios Alugados	1,051,370.00
	2,744,420.00
Equipamento básico	823,500.00
Activos intangíveis	12,500.00
TOTAL DE IMOBILIZAÇÕES:	3,580,420.00

Relativamente ao valor projetado para os Investimentos nas Residências Seniores Conde das Devesas, descreve-se no ponto 3.5.2 do presente Plano de Atividades as intervenções que a Mesa Administrativa prevê realizar e que se estima no valor global previsto no quadro supra.

Plano de Amortizações Para o Ano de 2016 - Equipamento Existente

Imobilizações	Valor	Taxa	Import.Amortizadas
Ativos Fixos Tangíveis			
TERRENOS E REC.NATURAIS	0.00	0.00%	0.00
EDIFÍCIOS E OUT.CONSTRUÇÕES	13,917,614.00	2.00%	278,352.28
EQUIPAMENTO BÁSICO	406,584.99	16.66%	67,737.06
EQUIPAMENTO TRANSPORTE	62,757.00	20.00%	12,551.40
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	3,204.48	25.00%	801.12
EQUIP.ADMINISTRATIVO	73,792.02	16.66%	12,293.75
Equip. Informático - Hardw are	74,574.65	20.00%	14,914.93
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0.00	0.00%	0.00
Ativos Fixos intangíveis			
Ativos Fixos intangíveis	8,313.95	33.33%	2,771.04
TOTAL	14,546,841.09		389,421.58

Plano de Amortizações Para o Ano de 2016 - Investimento

Imobilizações	Valor	Taxa	Import.Amortizadas
Ativos Fixos Tangíveis			
TERRENOS E REC.NATURAIS	0.00	0.00%	0.00
EDIFÍCIOS E OUT.CONSTRUÇÕES	1,123,160.00	2.00%	22,463.20
EQUIPAMENTO BÁSICO	411,750.00	16.66%	68,597.55
EQUIPAMENTO TRANSPORTE	0.00	20.00%	0.00
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0.00	25.00%	0.00
EQUIP.ADMINISTRATIVO	0.00	16.66%	0.00
Equip. Informático - Hardw are	0.00	20.00%	0.00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0.00	0.00%	0.00
Ativos Fixos intangíveis			
Equip. Informático - Softw are	6,250.02	33.33%	2,083.13
TOTAL	1,541,160.02		93,143.88

PARECER DO CONSELHO FISCAL

